

Planejamento governamental em debate: análise da institucionalização do plano de metas de Florianópolis.

Paula Chies Schommer¹, Maria Rodrigues Alves², Elaine Cristina de Oliveira Menezes³, Arlindo Carvalho Rocha⁴, Valério Alécio Turnes⁵.

Palavras-chave: Plano de Metas, Planejamento, Florianópolis.

Entre os desafios ao planejamento governamental na atualidade está a articulação entre os mecanismos de longo prazo, voltados ao desenvolvimento, e aqueles de curto prazo, geralmente de cunho gerencial, voltados à implementação de políticas públicas, gestão de projetos e cumprimento de promessas eleitorais. Estudiosos do tema na América Latina destacam as controvérsias que o processo de redemocratização brasileiro trouxe para o planejamento governamental, enfatizando que os mecanismos gerenciais ganharam espaço nos últimos trinta anos, período em que também cresceram as demandas em termos democráticos, de estabilização econômica e de sustentabilidade. A trajetória histórica do planejamento na América Latina como um todo é elemento fundamental para a compreensão da problemática do planejamento governamental atual. Para compreender e ultrapassar os problemas sociais e ambientais que as diferentes regiões da América Latina enfrentam faz-se necessário a conformação de novos mecanismos de planejamento e gestão que busquem integrar a *accountability*, a responsividade e o controle social. O Plano de Metas, implantado em algumas cidades que integram a Rede Latinoamericana por Cidades e Territórios Justos, Democráticos e Sustentáveis, é uma dessas iniciativas que potencialmente contribui para o planejamento participativo e a elaboração de estratégias que permitam articulação entre o curto e o longo prazo. Neste artigo, analisa-se a estrutura do Plano de Metas e os motivos que levaram à sua adoção no Município de Florianópolis, buscando compreender de que maneira o mesmo complementa ou se sobrepõe em relação a instrumentos de planejamento mais consolidados, como os planos setoriais (plano diretor, plano de saúde, plano de educação etc.) e os planos econômico-financeiros (PPA, LDO, LOA).

¹ Orientadora, Professora do Departamento de Administração Pública ESAG-UDESC – paulacs3@gmail.com.

² Acadêmica do Curso de Administração Pública ESAG-UDESC, bolsista de iniciação científica PIVIC/UDESC.

³ Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração UDESC/ESAG.

⁴ Professor Participante do Departamento de Ciências Econômicas ESAG-UDESC.

⁵ Professor Participante do Departamento de Administração Pública ESAG-UDESC.